

Conhecimentos jurídicos

Pode ser então que voltar atrás seja uma maneira de seguir adiante.

Marshal Berman



Leis, resoluções e portarias para assegurar os direitos dos portadores de necessidades especiais sempre existiram. Ao mesmo tempo em que procuram garantir o cumprimento de normas que facilitem o acesso e trânsito desses sujeitos aos benefícios da sociedade, também refletem a descontinuidade histórica e o desinteresse do Poder Público e da sociedade em garantir esses direitos.

Os documentos a seguir relacionados abordaram tanto as necessidades especiais como um todo, como aquelas específicas do público surdo. Nesse movimento, temos as leis a seguir.

Leis, resoluções e portarias

Declaração Universal dos Direitos Humanos



IESDE Brasil S.A.

Para iniciarmos essa reflexão, um dos primeiros registros que se tem em relação aos direitos refere-se à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual trata em seu artigo primeiro:

Art. 1.º Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Constituição Federal



IESDE Brasil S.A.

Quarenta anos após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, surge a Carta Magna, a Constituição Federal do Brasil (1988): “A Constituição é a lei fundamental, um conjunto de normas básicas que compõem a estrutura jurídica, política, social e econômica de um país. Por isso, ela é chamada de Carta Magna, pois a ela nada se sobrepõe” (REDE..., 2010).

Em linhas gerais, a Constituição coloca que

Art. 205 [...] como fundamentos de nossa República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, incisos II e III), como um dos objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3.º inciso IV), após garantir o direito à igualdade (art. 5.º), trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de todos à educação, que deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Diz ainda que cabe ao Estado “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (art. 208, inciso III).

O artigo 2.º da Lei Federal 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, também explicita que “ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos a educação”, além da “oferta, obrigatória e gratuita,

da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino”, bem como a “matrícula compulsória (obrigatória), em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares, de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”.

Preceitos semelhantes aparecem nas leis orgânicas de quase todos os municípios. Sabe-se que esses direitos já contemplados por vários documentos legais ainda precisam ser assegurados na prática, por meio de medidas sustentáveis que fomentem a política da Educação Especial em nosso país.

Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança



IESDE Brasil S.A.

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, coloca:

§2.º Os Estados Partes reconhecem o direito da criança deficiente de receber cuidados especiais e, de acordo com os recursos disponíveis e sempre que a criança ou seus responsáveis reúnam as condições requeridas, estimularão e assegurarão a prestação da assistência solicitada que seja adequada ao estado da criança e as circunstâncias de seus pais ou das pessoas encarregadas de seus cuidados.

§3.º Atendendo às necessidades especiais da criança deficiente, a assistência prestada, conforme disposto no parágrafo 2.º do presente artigo, será gratuita sempre que possível, levando-se em consideração a situação econômica dos pais ou das pessoas que cuidam da criança, e visará assegurar à criança deficiente o acesso efetivo à educação, a capacitação, aos serviços de saúde, aos serviços de reabilitação, à preparação para o emprego e as oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a mais completa integração social possível, e o maior desenvolvimento individual factível, inclusive em seu desenvolvimento cultural e espiritual.

§4.º Os Estados promoverão, com espírito de cooperação internacional, um intercâmbio adequado de informações nos campos da assistência médica preventiva e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, inclusive a divulgação de informações a respeito dos métodos de reabilitação e dos serviços de ensino e formação profissional, bem como o acesso a essa informação a fim de que os Estados Partes possam aprimorar a sua capacidade e seus conhecimentos e ampliar suas experiências nesses campos. Nesse sentido, serão levadas especialmente em conta as necessidades dos países em desenvolvimento.

Em resumo, o direcionamento dessa lei é que as crianças especiais possam ter o direito de serem cuidadas, de receberem uma educação de qualidade e tratamentos especiais para promovê-las a uma vida independente, plena e ativa na sociedade.

Estatuto da Criança e do Adolescente



IESDE Brasil S.A.

Após alguns debates a respeito da infância e da adolescência brasileira, em 13 de julho de 1990, o Congresso Nacional decreta, pelo então presidente da República Fernando Collor de Melo, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual coloca em seu art. 54, inciso III, que é “dever do estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, *preferencialmente* na rede regular de ensino” (grifo nosso).

Deixar de garantir esse princípio é um descumprimento grave por parte das escolas, que fere o ECA e a Constituição Federal, e infringe a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001.

Quando se garante a educação para todos, isso quer dizer para todos sem distinção, num mesmo espaço o mais diversificado possível, como forma de oportunizar o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania.

Já para a advogada Margarida Araújo Seabra de Moura, que é presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/RN e membro-fundadora da Associação Síndrome de Down/RN, há que se repensar o termo *preferencialmente* utilizado na lei.

Para Moura (2000), a Constituição Federal de 1988 lutou pela cidadania e igualdade da pessoa humana, preservando a não discriminação, e o termo *preferencialmente* fere os princípios constitucionais. Segundo ela, “a rede regular de ensino haverá que receber toda e qualquer criança e adolescente independente de sua diferença ou dificuldade, de forma coativa e não optativa” (MOURA, 2000).

Declaração de Jomtien

Em março de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, a qual proclama no item “Universalizar o acesso à educação e promover a equidade” que:

Art. 3º. [...]

V - As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Declaração de Salamanca



A Declaração de Salamanca (1994) adota o princípio de integração e de igualdade de oportunidades através da inserção do aluno especial no ensino comum com vistas a atender as suas necessidades específicas.

Reuniram-se em Salamanca, Espanha, no período de 7 a 10 de junho de 1994, mais de trezentos representantes de noventa e dois governos e de vinte e cinco organizações internacionais, com o objetivo de promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender a todas as crianças sobretudo às que tem necessidades educativas especiais.

Convenção da Guatemala

“[...] as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e esses direitos, inclusive o direito de não serem submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano” (CONVENÇÃO, 2001).

Em decorrência da Convenção da Guatemala, o Brasil cria uma linha de ação para a integração dos portadores de necessidades educativas especiais, conhecida como Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, de 1999.

Política Nacional

O Plano Nacional de Educação (2001) amplia as determinações da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 1999, e inclui em seu documento as parcerias entre as áreas de saúde, educação e assistência social, como também divide as modalidades de atendimento necessárias para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Convenção Interamericana

Fruto das discussões dirigidas na Convenção da Guatemala, em 8 de outubro de 2001, o Brasil, através do Decreto 3.956, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Diretrizes Nacionais

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 representam “o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos”.

Um ano depois da Convenção e das Diretrizes, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, reuniram-se em Madri, Espanha, mais de 600 participantes com o objetivo de conscientizar a população europeia dos direitos dos seus mais de 50 milhões de habitantes portadores de deficiência. Entre outros debates, discutiu-se a deficiência como direito humano, oportunidades iguais, discriminação e exclusão social, cidadania, inclusão social, medidas legais e outros temas.

Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação – LDB



IESDE Brasil S.A.

A atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/12/1996, trata, especificamente no capítulo V, da Educação Especial. Define-a por modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim, ela perpassa transversalmente todos os níveis de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior. Essa modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento. (BRASIL, 1996)

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – 1997



IESDE Brasil S.A.

Dentro do item que trabalha a *diversidade*: as adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no país. Essas

adaptações, porém, não dão conta da diversidade no plano dos indivíduos em uma sala de aula.

Atender necessidades singulares de determinados alunos é estar atento à diversidade: é atribuição do professor considerar a especificidade do indivíduo, analisar suas possibilidades de aprendizagem e avaliar a eficácia das medidas adotadas.

A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos de que o aluno dispõe, mas também seus interesses e motivações. Esse conjunto constitui a capacidade geral do aluno para aprendizagem em um determinado momento.

Dessa forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, como também características pessoais de *deficit* sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual. Deve-se dar especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a autoestima. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais.

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento.

Concluindo, a atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para seu desenvolvimento e socialização.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) – 1998



IESDE Brasil S.A.

As pessoas portadoras de necessidades especiais representam 10% da população brasileira e menos de 3% têm acesso a algum tipo de atendimento.

Em busca da cidadania e da formação de uma sociedade igualitária, a ação educativa deve promover o convívio com a

diversidade, que é marca da política democrática do Brasil. Essa diversidade não se estreita somente às diversas culturas, os hábitos e os costumes, mas também diz respeito às competências, às particularidades de cada um.

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem habilidades e competências diferentes, que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias, é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como a dignidade do ser humano, o respeito ao outro, a igualdade, a solidariedade e a equidade (sentimento de justiça; imparcialidade). A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas poderá aprender muito com ela. As crianças que apresentam necessidades especiais, no convívio com outras crianças, representam uma inserção de fato no universo social e favorecem o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade.

Os avanços no pensamento sociológico, filosófico e legal vêm exigindo, por parte do sistema educacional brasileiro, o abandono de práticas segregacionistas que, ao longo da história, marginalizaram e estigmatizaram pessoas com diferenças individuais acentuadas.

A realidade brasileira, de uma forma geral, exige que se busquem alternativas para a integração do portador de deficiência, de maneira a garantir-lhe uma convivência participativa.

A escola inclusiva é uma tendência internacional deste “final” de século. É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

As alternativas de atendimento educacional às crianças que apresentam necessidades educativas especiais, no Brasil, vão desde o atendimento em instituições especializadas até a completa integração nas várias instituições de educação.

A qualidade do processo de integração depende da estrutura organizacional da instituição, pressupondo propostas que considerem:

- grau de deficiência e as potencialidades de cada criança;

- idade cronológica;
- disponibilidade socioeconômica de recursos humanos e materiais existentes na comunidade;
- condições culturais da região;
- estágio de desenvolvimento dos serviços de educação especial já implantado nas unidades federadas.

Para que o processo de integração dessas crianças possa acontecer de fato, há que se envolver toda a comunidade, de forma que o trabalho desenvolvido tenha sustentação. É preciso considerar esse trabalho como parte do projeto educativo da instituição.

Língua de Sinais Brasileira (LSB) ou Língua Brasileira de Sinais (Libras)



IESDE Brasil S.A.

Os documentos supracitados são alguns frutos da organização da sociedade civil, em busca dos direitos dos seus componentes com necessidades especiais. Entre as legislações especificamente voltadas para a demanda da clientela surda, temos o direito ao uso da língua de sinais, refletido na Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que:

Art. 1.º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2.º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3.º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4.º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002)

Texto complementar

Boas perguntas

(GODOY, 2000)

1. A lei garante os direitos das pessoas portadoras de deficiência?

Sim. A Lei Federal 7.853, de 24 de outubro de 1989, estabelece os direitos básicos das pessoas portadoras de deficiência.

2. Quais são os crimes previstos na Lei Federal 7.853/89 contra as pessoas portadoras de deficiência?

Segundo seu artigo 8.º, constitui crime punível com reclusão (prisão) de 1 a 4 anos e multa:

- a) Recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, porque é portador de deficiência.
- b) Impedir o acesso a qualquer cargo público, porque é portador de deficiência.
- c) Negar trabalho ou emprego, porque é portador de deficiência.
- d) Recusar, retardar ou dificultar a internação hospitalar ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar ou ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência.

3. Como a pessoa portadora de deficiência pode agir contra tais crimes?

Ela pode apresentar representação diretamente junto a uma delegacia de polícia ou ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e à Comissão de Direitos Humanos da OAB.

4. O que é acessibilidade?

É a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

5. Então a acessibilidade não se refere somente ao meio físico?

Não, hoje o moderno conceito de acessibilidade envolve o ambiente físico, como as edificações e os transportes, e também o acesso aos meios de comunicação (rádio, televisão...).

6. A acessibilidade ao meio físico vem garantida em lei?

Sim, a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, parágrafo 2.º, estabelece que a lei disporá sobre normas de construção de logradouros e de edifícios de uso público e sobre normas de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir o acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

7. E que lei é essa que, segundo a Constituição Federal, irá normatizar a acessibilidade?

Aí depende. As Leis 7.853/89 e 10.098/2000 são federais. A primeira estabelece o apoio às pessoas portadoras de deficiência e a segunda estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida às vias públicas, parques, espaços públicos, edifícios públicos ou de uso coletivo, edifícios privados, veículos de transporte coletivo e sistemas de comunicação e sinalização. Há também o Decreto Federal 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei 7.853/89.

A garantia da acessibilidade também está presente na Constituição Estadual de 1989, art. 224, parágrafo 1.º, e na própria Lei Estadual 11.666, de 9 de dezembro de 1994, que estabelece normas para acesso das pessoas portadoras de deficiência aos edifícios de uso público. Com relação à acessibilidade à comunicação, a Lei Estadual 13.623/2000 determina que as mensagens de publicidade de atos, programas, serviços e campanhas da administração direta e indireta do Estado veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas, com o objetivo de se tornarem acessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

No município de Belo Horizonte, a Lei Orgânica Municipal, de 21 de março de 1990, no seu art. 186, VII, diz que a lei garantirá tal acessibilidade, mas essa lei municipal ainda não existe. Há a Lei 8.007/2000 que, nos artigos 33 a 35, cria o Programa Municipal de Eliminação de Barreiras Arquitetôni-

cas, Urbanísticas, de Transportes e de Comunicação, ainda não regulamentada. Já a Lei 7.653/99 estabelece a obrigatoriedade de instalação de sanitários adaptados para pessoa portadora de deficiência nos prédios públicos a serem construídos no município e a Lei 7.190/96 condiciona a liberação da certidão de baixa e habite-se à instalação, nos prédios a serem construídos, de dispositivos apropriados aos portadores de deficiência.

8. E por que a maioria dos locais e prédios públicos não é acessível?

O que muitas vezes dificulta o exercício do direito é que a lei ou não existe ou ainda não foi regulamentada. Isso constitui obstáculo à sua implementação. Mas o cidadão deve procurar o Promotor de Justiça de sua cidade ou um advogado e denunciar a falta de acessibilidade, pois a Lei 10.098/2000 determina que tanto os edifícios públicos ou de uso coletivo como os edifícios de uso privado devem ser acessíveis, conforme os artigos 11 a 15. Também a Lei 10.048/2000 determina, em seu art. 4.º, que os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e o uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

9. O portador de deficiência tem direito a passe livre no transporte coletivo interestadual?

Caso seja comprovadamente carente, o portador de deficiência tem direito ao passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, nos termos da Lei Federal 8.899, de 29 de junho de 1994. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 3.691/2000 e determina que as empresas permissionárias e autorizatárias de transporte interestadual de passageiros reservarão dois assentos de cada veículo destinado a serviço convencional, como cota do passe livre, para ocupação das pessoas beneficiadas pelo art. 1.º da Lei 8.899/94. O Decreto 3.691/2000 foi disciplinado pela Portaria 01/2001 do Ministério dos Transportes, que considera, para seus efeitos, que o transporte coletivo interestadual compreende o transporte rodoviário e o ferroviário de passageiros. Determina, ainda, que esse benefício deverá ser requerido junto ao Ministério dos Transportes no seguinte endereço: Quadra 3, bloco N, edifício Núcleo dos Transportes, primeiro andar, sala 11.100, Cep: 70048-900, Brasília, Distrito Federal.

O Governo Federal regulamentou, no dia 8 de maio de 2001 a Lei Federal 8.899 que concede o passe livre. Havendo qualquer tipo de dificuldade no exercício do seu direito, a pessoa deve procurar o Ministério Público Federal.

No que se refere ao transporte coletivo, a Lei Federal 10.048/2000 determina, em seu art. 3.º, que as empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Além disso, o art. 5.º determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após doze meses da publicação dessa Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

10. E no transporte coletivo intermunicipal? A pessoa portadora de deficiência tem direito ao passe livre?

Apesar de a Lei Estadual 10.419, de 17 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto 32.649/91, garantir esse direito, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em decisão de março de 2000, entendeu que as pessoas portadoras de deficiência têm direito à gratuidade do transporte somente na área urbana, negando tal direito no âmbito intermunicipal.

11. E quanto ao transporte coletivo municipal?

A Lei Municipal 7.649/99 dispensa a parada de veículo coletivo urbano nos pontos estabelecidos quando houver solicitação de embarque e desembarque de pessoas portadoras de deficiência física. Mas, na área central e nos corredores de grande movimento de veículos, a parada fora dos pontos é proibida.

Há também a Lei Municipal 5.636/89, regulamentada pelo Decreto 6.536/90, que garante o acesso de pessoas portadoras de deficiências físicas aos ônibus urbanos através da instalação de elevadores hidráulicos, portas largas e eliminação de obstáculos internos dos veículos. Essa lei determina que a prefeitura só permitirá que veículos novos entrem em circulação se vierem de fábrica com os equipamentos de que trata essa lei.

12. É assegurado à pessoa portadora de deficiência física o acesso às casas de espetáculo?

Além da Lei Federal 10.098/2000, que trata da acessibilidade de forma ampla, o art. 3.º, inciso IX, da Lei Estadual 11.666/94, assegura o direito a local

para cadeira de rodas, e, quando for o caso, a equipamentos de tradução simultânea nos edifícios de uso público, como auditórios, anfiteatros e salas de reunião e espetáculos, para não haver prejuízo da visibilidade e locomoção.

No município, há a Lei 7.556/98, que dispõe sobre instalações especiais para a pessoa portadora de deficiência física em estabelecimentos de lazer e determina que a casa de espetáculo, o cinema, o teatro e o estabelecimento similar reservarão 2% (dois por cento) de sua capacidade de lotação para a pessoa portadora de deficiência física, em espaço com piso rebaixado para encaixe de cadeira de rodas, distribuído em vários pontos.

13. O portador de deficiência física permanente tem preferência na aquisição da casa própria?

Sim. Segundo o art. 2.º da Lei Estadual 11.048, de 18 de janeiro de 1993, serão reservadas preferencialmente às pessoas portadoras de deficiência física permanente 10% (dez por cento) das unidades habitacionais construídas pelos programas de habitações populares financiados pelo poder público.

14. A pessoa portadora de deficiência física pode frequentar museus sem o constrangimento de não conseguir ter acesso?

Sim, a Lei 10.098/2000 estabelece a acessibilidade de forma ampla. Além disso, o art. 53 do Decreto 3.298/99 determina que as bibliotecas, museus, locais de reunião, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar, pertencentes à administração pública federal, disporão de espaços reservados para a pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para a pessoa portadora de deficiência auditiva e visual, e seu acompanhante.

15. Quando não forem cumpridos os direitos de acessibilidade, o que a pessoa portadora de deficiência ou os familiares podem fazer?

Devem procurar um advogado, a OAB e, ainda, representar junto ao Ministério Público Estadual ou ao Ministério Público Federal.

Dicas de estudo

Acesse o site <www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/direito-das-pessoas-com-deficiencia>. Nele você encontrará leis, convenções, cartilhas e outros materiais que falam sobre os direitos e deveres em relação aos portadores de necessidades especiais.

Acesse os sites <www.uel.br/prorh/index.php?content=legislacao/ldb.html>, <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume 1, 2 e 3 pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume1,2e3.pdf)> e <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>, como fonte de pesquisa para o tema desta aula.

Atividades

1. Escreva o que Margarida Araújo Seabra de Moura, comenta sobre o termo *preferencialmente* descrito em algumas leis, no que diz respeito à matrícula do aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino.

2. O que é Libras?

3. O que é escola inclusiva?

Gabarito

1. Para a advogada há que se repensar o termo utilizado na lei (preferencialmente). Para ela a Constituição Federal de 1988 lutou pela cidadania e igualdade da pessoa humana, preservando a não discriminação e o termo preferencialmente fere os princípios constitucionais: "... a rede regular de ensino haverá que receber toda e qualquer criança e adolescente independente de sua diferença ou dificuldade, de forma coativa e não optativa" (MOURA, 2000).
2. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais (Libras) a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.
3. É considerada escola inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei 9.394/96. Estabelece as bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> . Acesso em: 19 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <www.ibc.gov.br/media/common/Downloads_PC�.PDF>. Acesso em: 2 out. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental. 3. ed. il. v. 1: introdução. MEC: Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília. Secretaria de Educação Especial. MEC: SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2010.

_____. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 26 out. 2010.

CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 3., 2000, Curitiba.

CONVENÇÃO DA GUATEMALA. Publicado em: 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 2 out. 2010.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Publicado em: 1990. Disponível em: <www.pitangui.uepg.br/nep/documentos/Declaracao%20-%20jomtien%20-%20tailandia.pdf>. Acesso em: 2 out. 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Publicado em: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2010.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <www.promenino.org.br/Ferramentas/DireitosdasCriancaseAdolescentes/tabid/77/Conteudold/f21219e5-5dfe-4e5b-b99a-56f91288bae1/Default.aspx>. Acesso em: 2 out. 2010.

GODY, Andreia *et al.* **Cartilha da Inclusão dos Direitos das Pessoas com Deficiência/Autores**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2000.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Estado e Direitos Humanos**. Disponível em: <www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/estaddh.htm>. Acesso em: 3 out. 2010.

